LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 1.248, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1972

Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de compra de mercadorias no mercado interno, para o fim específico da exportação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art.1º - As operações decorrentes de compra de mercadorias no mercado interno, quando realizadas por empresa comercial exportadora, para o fim específico de exportação, terão o tratamento tributário previsto neste Decreto-Lei.

Parágrafo único. Consideram-se destinadas ao fim específico de exportação as mercadorias que forem diretamente remetidas do estabelecimento do produtor-vendedor para:

- a) embarque de exportação por conta e ordem da empresa comercial exportadora;
- b) depósito em entreposto, por conta e ordem da empresa comercial exportadora, sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, nas condições estabelecidas em regulamento.

Art.2º - O disposto no artigo anterior aplica-se às empresas comerciais exportadoras que satisfizerem os seguintes requisitos mínimos:

I - Registro especial na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A. (CACEX) e na Secretaria da Receita Federal, de acordo com as normas aprovadas pelo Ministro da Fazenda;

II - Constituição sob forma de sociedade por ações, devendo ser nominativas as ações com direito a voto;

III - Capital mínimo fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º - O registro a que se refere o item I deste artigo poderá ser cancelado, a qualquer tempo, nos casos:

- a) de inobservância das disposições deste Decreto-Lei ou de quaisquer outras normas que o complementem;
- b) de práticas fraudulentas ou inidoneidade manifesta.

§ 2º - Do ato que determinar o cancelamento a que se refere o parágrafo anterior caberá recurso ao Conselho Monetário Nacional, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

§ 3º - O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer normas relativas à estrutura do capital das empresas de que trata este artigo, tendo em vista o interesse nacional e, especialmente, prevenir práticas monopolísticas no comércio exterior.

.....
.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI
Seção de Legislação Citada - SELEC

PORTARIA Nº 438/92

O Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, e no Decreto nº 71.866, de 26 de fevereiro de 1973, resolve:

**DA CONCESSÃO DO REGISTRO ESPECIAL A EMPRESAS COMERCIAIS
EXPORTADORAS**

Art. 1º Considera-se Empresa Comercial Exportadora, para os efeitos de que tratam o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, e o Decreto nº 71.866, de 26 de fevereiro de 1973, aquela que tiver sido autorizada a operar nessas condições, mediante registro especial no Departamento de Comércio Exterior (DECEX), da Secretaria Nacional de Economia e no Departamento da Receita Federal (DpRF), da Secretaria da Fazenda Nacional.

§ 1º São requisitos mínimos para o registro especial:

a) constituição sob forma de sociedade por ações;

b) capital mínimo de acordo com as condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Não será concedido ou mantido o registro especial da empresa, ou daquela da qual participe, como dirigente ou acionista, pessoa física ou jurídica, impedida de operar no comércio exterior pelo DECEX, ou que esteja com débito inscrito na Dívida Ativa da União.

§ 3º O pedido de registro será apresentado ao DECEX, acompanhado da documentação comprobatória de que a interessada preenche os requisitos estabelecidos no parágrafo 1º, deste artigo, além de outras informações que forem julgadas necessárias por qualquer dos órgãos concedentes.

§ 4º Depois de apreciado pelo DECEX, o pedido de registro será encaminhado ao DpRF.

§ 5º Se ambos os órgãos forem favoráveis à concessão do registro, emitir-se-á "Certificado de Registro Especial", assinado pelos titulares dos órgãos concedentes, em três vias, com a seguinte destinação:

1ª via - Empresa Comercial Exportadora

2ª via - DpRF

3ª via - DECEX

§ 6º As empresas Comerciais Exportadoras registradas nos termos deste artigo deverão comunicar de imediato aos órgãos concedentes, qualquer alteração em sua estrutura e composição acionária.

§ 7º O registro especial poderá ser cancelado por qualquer dos órgãos concedentes, sempre que ocorrer alguma das hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do § 1º, do art. 2º, do Decreto-Lei nº 1.248/72, no § 2º, deste artigo, ou o descumprimento do disposto no parágrafo anterior.

§ 8º Em caso de cancelamento do registro especial, a autoridade canceladora dará divulgação ao ato através do Diário Oficial da União e comunicará imediatamente o fato ao outro órgão concedente.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI
Seção de Legislação Citada - SELEC**

§ 9º Da decisão que determinar o cancelamento do registro especial, caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 91.152, de 15 de março de 1985 e art. 155, inciso I, alínea d, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990).

§ 10º O recurso será apresentado ao órgão cancelador do registro especial, que, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhará, devidamente informado, ao referido Conselho.

§ 11º É assegurado ao produtor-vendedor o direito de manter os benefícios fiscais decorrentes da operação de venda de mercadorias a Empresa Comercial Exportadora, realizadas antes da data da publicação do ato que determinar o cancelamento do registro especial desta.

DOS PROCEDIMENTOS COMERCIAIS

Art. 2º É permitido à Empresa Comercial Exportadora adquirir e exportar qualquer mercadoria de produção nacional, importar para comercializar no mercado interno, ou reexportar mercadorias estrangeiras, atendidas as normas estabelecidas no Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 05 de março de 1985, e demais legislação pertinente.

§ 1º Quando a Empresa Comercial Exportadora adquirir mercadorias produzidas no País adotará o seguinte procedimento.

a) se a mercadoria houver sido adquirida para o fim específico de exportação, a mesma sairá do estabelecimento do produtor-vendedor:

a.1) diretamente, para embarque de exportação, por conta e ordem da Empresa Comercial Exportadora;

a.2) obrigatoriamente, para depósito sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, por conta ordem da Empresa Comercial Exportadora.

b) se a mercadoria não houver sido adquirida para o fim específico de exportação:

b.1) caso a mesma esteja sujeita ao pagamento de tributos por motivo de sua saída do estabelecimento produtor-vendedor, a Empresa Comercial Exportadora poderá depositá-la sob regime aduaneiro de exportação;

b.2) se a saída do estabelecimento do produtor-vendedor não estiver sujeita ao pagamento de tributo, a Empresa Comercial Exportadora ficará obrigada ao cumprimento das normas em vigor para a exportação.

§ 2º O depósito de mercadorias sob o regime aduaneiro extraordinário de exportação somente poderá ser efetuado pelas Empresas Comerciais Exportadoras de que trata esta Portaria.

§ 3º As mercadoria depositadas sob regime aduaneiro extraordinário de exportação poderão ser substituídas por outras de idêntica natureza e iguais especificações, quando apresentarem deterioração ou defeito que impeçam sua exportação, obedecidos os procedimentos fixados pelo Departamento da Receita Federal.

§ 4º As mercadorias depositadas pelo produtor-vendedor sob regime aduaneiro de exportação poderão ser transferidas para o regime aduaneiro extraordinário de exportação, desde que adquiridas por uma Empresa Comercial Exportadora registrada na forma do art. 1º, desta Portaria.

§ 5º O DECEX relacionará as mercadorias e os casos em que não será permitida a utilização do entreposto aduaneiro de exportação.

.....
.....